A DISTÓPICA ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO

THE DYSTOPIC ELECTION OF JAIR BOLSONARO

Cícero Waldemir Vital da Silva[1]

RESUMO
O presente artigo visa demonstrar de que forma um candidato de extrema-direita, defensor de pautas contrárias a basilares princípios constitucionais, como a prática da tortura e o ataque a minorias, pôde ser eleito no Brasil com amplo apoio da população brasileira. Pretende-se debater como um país, cuja população havia dado provas de que não tolerava mais discursos dessa envergadura, aceitou retrocessos equiparáveis, apenas, aos vistos durante a ditadura militar iniciada em 1964.

PALAVRAS CHAVE
Jair Bolsonaro. Eleição presidencial de 2018. Ditadura. Democracia. Polaridade política PT x PSDB. Corrupção

ABSTRACT
This article aims to demonstrate how an extreme-right candidate, defender of agendas contrary to fundamental constitutional principles, such as the practice of torture and the attack on minorities, could be elected in Brazil with broad support from the Brazilian population. It is intended to debate how a country, whose population had shown that it no longer tolerated speeches of this magnitude, accepted setbacks comparable only to those seen during the military dictatorship that began in 1964.began in 1964.

KEYWORDS
Jair Bolsonaro. 2018 presidential election. Dictatorship. Democracy. Political polarity PT x PSDB. Corruption

DATA DE RECEBIMENTO: 02/12/2021
DATA DE APROVAÇÃO: 28/11/2022

INTRODUÇÃO

A partir do pleito eleitoral de 1994, o debate político brasileiro parecia manter-se, de certa forma, definido entre duas propostas bem distintas, uma neoliberal, capitaneada, em especial, pelo PSDB e outra liderada pelo PT e seu maior expoente, Luís Inácio Lula da Silva, representante da esquerda. Tal dicotomia refletiu-se em cerca de 22 anos da República brasileira, de 1994 até 2016.

[1] Mestre em Direito Constitucional e Teoria política. Professor do IFCE (Instituto Federal do Ceará). Contato: cicerovitaladvocacia@gmail.com.

Os últimos cinco anos representaram, entretanto, uma modificação desse paradigma que, de certo modo, não encontra paralelo na história recente brasileira, considerando a envergadura e a imprevisibilidade dos episódios políticos que se sucederam em um curto espaço de tempo. Acontecimentos que englobaram um impeachment, a perda de vigência do viés social da Constituição e, em especial, a eleição do Deputado Federal Jair Bolsonaro para a Presidência da República.

O Deputado Federal nunca escondeu a sua ideologia, marcada pela defesa de políticas de extrema direita que englobavam, entre outros aspectos, a negação dos acontecimentos ocorridos durante a ditadura militar de 1964 até 1985, a exaltação de torturadores como o Coronel Carlos Brilhante Ustra, e a adoção de pautas que iam de encontro a determinados direitos das mulheres e de homossexuais.

Mesmo com a defesa de uma ideologia contrária a basilares valores constitucionais (que pareciam estar sedimentados na sociedade brasileira), poucos anos antes das eleições, o então Deputado Federal Jair Bolsonaro começou a arregimentar uma legião de seguidores em vários estratos sociais, chegando a ser carregado em aeroportos pelo Brasil, tornando-se uma figura política peculiar que, para seus apoiadores, merecia receber a denominação de “mito”.

Durante os últimos anos antes da eleição de 2018, a veneração ao Deputado ganhou ares messiânicos, com o apoio de milhões de brasileiros que passaram a considerá-lo como o único indivíduo capaz de combater o quadro de corrupção da política brasileira que, para grande parte da população, era causado, exclusivamente, pelos integrantes do Partido dos Trabalhadores, tornados os inimigos a serem combatidos pelos brasileiros de bem.

Mesmo com a ascensão das pautas extremistas defendidas por Bolsonaro, que passaram a fazer parte de uma nova agenda política brasileira, diversos setores da sociedade, como a grande mídia e representantes das elites políticas dominantes, menosprezaram o quadro delineado, compreendendo-o como improvável de perdurar até o início da campanha presidencial que, para estes permaneceria no embate entre PT e PSDB.

A realidade mostrou-se contrária a essa premissa. A campanha eleitoral iniciou-se com a manutenção da trajetória de ascensão de Jair Bolsonaro, figurando como primeiro colocado nas pesquisas, continuando a arregimentar seguidores, demonstrando que a política brasileira parecia estar afastando-se da dicotomia

ideológica dos últimos 22 anos.

Em meio a esse novo contexto político, um acontecimento demonstrou a imprevisibilidade desse peculiar momento da república brasileira: o candidato Jair Bolsonaro sofre um atentado à faca, quando estava sendo carregado por apoiadores. A gravidade de tal evento era o indicativo da divisão ideológica que o país havia chegado.

O acontecimento, motivo de diversas teorias conspiratórias por parte de seus opositores, serviu para incrementar o já elevado apoio à campanha de Jair Bolsonaro que se manteve líder das pesquisas eleitorais, em constante ascensão, aumentando a distância para os concorrentes sendo, agora, visto, realmente, por todos, como um forte concorrente para assumir o Palácio do Planalto, especialmente, por quem o havia menosprezado.

No primeiro turno da eleição, o Deputado Jair Bolsonaro, por uma margem pequena, não garantiu a sua eleição já em 07 de outubro, conseguindo o primeiro lugar com uma ampla vantagem para o segundo colocado, o candidato do PT, Fernando Haddad. No segundo turno, as forças que, aparentemente, eram antagônicas ao discurso bolsonarista mantiveram-se apartadas, deixando o adversário do Ex-capitão do exército, praticamente, isolado, reduzindo as chances de reversão do quadro.

No dia 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro é eleito Presidente da República, modificando a polaridade de forças que havia perdurado por 22 anos. Prometendo um governo liberal, voltado para o mercado, o Ex-capitão do exército assume o Palácio do Planalto mantendo, entretanto, discursos de extrema-direita, validados por uma parte importante da população que comprou a sua ideologia.

Dessa forma, tem-se como objeto do presente artigo demonstrar de que forma um candidato entusiasta de pautas contrárias a direitos humanos, como a prática da tortura e a discriminação a grupos minoritários, conseguiu ser eleito por meio de um amplo apoio da população brasileira que, aparentemente, havia afastado-se de ideologias coniventes com práticas da ditadura militar de 1964 e de desrespeito a dignidade da pessoa humana.

A metodologia utilizada, quanto ao tipo, é bibliográfica por se desenvolver tendo como referência fontes publicadas em livros, artigos, dissertações, leis e teses. Em relação à utilização dos resultados, é puro porque tem como fim a ampliação dos

saberes a respeito do tema, buscando-se atualizar o conhecimento sobre o objeto de estudo.

Quanto aos objetivos, é exploratório em virtude da experenciação de fontes científicas, fatos e observações que explicam o tema em análise e, quanto à abordagem ao problema, é qualitativo, já que os dados não são tabulados de forma a apresentar um resultado preciso, mas, ao contrário, são retratados de forma descritiva, levando-se em conta aspectos tidos como relevantes.

1 OS ANOS ANTERIORES À ELEIÇÃO DE LULA E DILMA

1.1 A DO REGIME MILITAR ATÉ O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Em 1964, os militares alijaram João Goulart da Presidência da República. Embora por meio de um golpe militar, uma parte importante da sociedade o apoiou. Embora justificado como passageiro, durou cerca de 20 anos. Em 1985, o civil moderado Tancredo Neves foi eleito, de forma indireta, Presidente por meio do colégio eleitoral. Era o primeiro não militar em todo esse período. De acordo com Anderson (1994, p.3)

> Although Neves had never been an especially outspoken opponent of the dictatorship, and would not have won a competition under direct elections, his indirect adoption by Congress as the new President was nevertheless consecrated by public opinion, amid enormous expectation, as the final victory of democracy over praetorian tyranny.

Apesar de eleito, Tancredo Neves não se tornou Presidente, tendo falecido pouco antes de tomar posse. Assumindo a Presidência em meio a uma comoção nacional, o vice, José Sarney, um oligarca do Maranhão, entregou um ministério de caráter menos conservador do que havia sido planejado por seu companheiro de chapa, como forma de manter a suposta união nacional que se desenhava com Tancredo, mas que fora interrompida por sua morte.

O governo de Sarney caracterizou-se pela instabilidade, tanto na política, com a suspeita de seu envolvimento direto em diversos casos de corrupção, como na economia, caracterizada pela presença de vários planos econômicos. De acordo com Anderson (1994, p.4): “(...) his Presidency remained weak and erratic. When he came

in annual inflation was running at over 200 per cent; when he went out, a series of misfired shock treatments and emergency plans left it rising towards 2000 per cent".

Entre os diversos planos econômicos, o Plano Cruzado (detentor de um êxito inicial, mas que falhou como os demais) propiciou ao PMDB, partido de José Sarney, eleger quase todos o Governadores do Brasil, bem como a maioria das prefeituras das capitais. Em 1988, foi promulgada uma nova Constituição, englobando uma série de direitos e garantias fundamentais que, até então, jamais haviam sido positivadas de forma tão efetiva no ordenamento jurídico brasileiro, representado uma evolução institucional sem precedentes na história do Brasil.

Depois de décadas, a primeira eleição direta para Presidência do Brasil envolveu diversos candidatos ao cargo, mas que, no segundo turno, levou o escolhido por setores conservadores, bem como pelos conglomerados de mídia, especialmente, o grupo Globo, Fernando Collor de Mello, ungido por estes como o "caçador de marajás" e o representante das esquerdas, o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva.

Embora com o apoio de intelectuais, de vários setores progressistas da sociedade, dos movimentos sociais e dos principais candidatos derrotados no primeiro turno, Lula não conseguiu vencer os grupos conservadores, capitaneados pela poderosa propaganda midiática do grupo Globo que havia escolhido Fernando Collor de Mello para assumir o Palácio do Planalto. De acordo com Anderson (1994, p. 4)

> When the first direct elections for President were held under it in 1989, the result was a tight contest between the Left, represented by Lula – Luis Inacio da Silva, former auto-worker and trade-union leader – and the Right, in the shape of a playboy demagogue from one of the oldest and richest political families in the country, Fernando Collor e Melo. Thanks to stentorian backing from the *Globo* television empire, commanding 70 per cent of all viewers, and his own charismatic appeal to the unorganised poor, Collor won by a narrow margin.

Assumindo um viés liberal de governo, Fernando Collor de Mello prometeu abrir a economia, enquadrando o Brasil ao modelo do capitalismo global. Assim como seu antecessor, também optou pelo uso de planos econômicos, adotando medidas extremas como o confisco da poupança da população brasileira e o congelamento de preços com o intuito de zerar a inflação, porém sem sucesso.

Sem apoio no Congresso e envolvido em escândalos de corrupção denunciados, inclusive, pelo seu irmão, Collor foi afastado do poder, sendo o primeiro Presidente brasileiro a sofrer impeachment (fenômeno raro, inclusive, a nível mundial). De acordo com Brasilio Sallum Jr e Guilherme Stolle Paixão e Casarões (2011, p.

164), somente possível em virtude das “características pessoais do presidente, o modo como exerceu a Presidência, as disputas político-institucionais, a fragmentação partidária, o desgaste de Fernando Collor junto à opinião pública, a mobilização da sociedade civil ou uma combinação desses aspectos.”

Pouco tempo antes do impeachment, um sociólogo famoso, adepto das ideias de Marx, Fernando Henrique Cardoso, iniciou uma aproximação com o governo, mas não chegando, entretanto, a assumir qualquer cargo. No lugar de Fernando Collor de Mello, assumiu o seu vice, Itamar Franco, político integrante do PMDB e de temperamento antagônico ao de seu companheiro de chapa. Exatamente por esse aspecto, ele encontrou dificuldade para assumir a responsabilidade que o cargo e o momento exigiam, procurando transferir o peso para nomes mais fortes como o senador marxiano.

Inicialmente, ele participou do governo como Ministro das Relações Exteriores nos anos de 1992 e 1993. O cargo mais importante, no entanto, foi como Ministro da Fazenda, assumido em maio de 1993. Para estabilizar a economia, Fernando Henrique Cardoso, em conjunto com economistas de sua confiança, implementou o Plano Real.

Diferentemente dos planos anteriores elaborados por outros Presidentes, a começar pela implementação segmentada, passando por etapas como a adoção da URV (Unidade Real de Valor), o Plano Real obteve êxito, estabilizando a inflação em patamares que se mantiveram em valores mínimos, opostamente ao que se verificou os anos do regime militar, de José Sarney e de Fernando Collor de Mello. De acordo com Anderson (1994, p. 6):

> At the Ministry, Fernando Henrique assembled a group of gifted economists, long-time friends, who prepared yet another stabilisation plan. This time it was a technically competente scheme which did not rely on price controls that no Brazilian government has the power to enforce, achieved real cuts in public spending, and was phased in gradually rather than decreed overnight.

O sucesso do Plano Real, a exemplo do que acontecera com o Cruzado, era o passaporte adequado para garantir a vitória eleitoral. Em 1994, o nome de consenso dos setores conservadores, como a extrema direita, arrependidos de terem optado por Collor de Mello, anos antes, foi o de Fernando Henrique Cardoso, que a mídia cuidou de torná-lo “pai do Plano Real” e principal responsável pelo enfrentamento da inflação e estabilização econômica do Brasil.

> As afirmações propositivas de parcela da mídia foram fundamentais para o desenvolvimento exitoso do processo eleitoral em curso até então. A legitimidade construída pelo Plano Real permitiu que os discursos construídos no governo Collor fossem retomados com força política e legitimidade perante parcela considerável da população. Apesar do desgaste político sofrido pelo governo Collor, as bases do projeto neoliberal não foram debatidas com a sociedade, permanecendo os pressupostos de eficiência econômica desta concepção intactas até então (ANDRADE, 2013, p. 28).

Novamente, o oponente era o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva que ampliou o capital político obtido, mesmo derrotado na eleição anterior, tornando-se importante figura da esquerda nacional e mundial. Meses antes da eleição, ele era o favorito a ocupar o Palácio do Planalto, após ter percorrido diversos Estados da federação na denominada “caravana da cidadania”.

O êxito do Plano Real e a repercussão decisiva no eleitorado, no entanto, foi um fator contra o qual o PT não havia se preparado. Após anos de hiperinflação, as classes econômicas menos favorecidas sentiram, na prática, as consequências da estabilização financeira obtida; situação vivenciada por toda a sociedade que associou esse ganho à Fernando Henrique Cardoso e cuja contestação era muito difícil de ser feita, mesmo com o capital político de Lula.

> Era urgente e imperioso descobrir um personagem que fosse confiável para os empresários e que oferecesse a perspectiva segura de vir a ser o candidato vitorioso. Confiável, porque sua lealdade ao sistema burguês brasileiro já era suficientemente comprovada. Com perspectiva de triunfo, porque isento de manchas no currículo, capaz de servir à fabricação pela mídia da imagem do eleito pela vontade popular espontânea (GORENDER, 1995, p. 12).

O contexto positivo permitiu, ainda no primeiro turno, a eleição de Fernando Henrique Cardoso, com cerca de 34 milhões de votos, aproximadamente 55% dos votos válidos. A vitória do tucano não foi efeito, exclusivo, do plano real. Conforme André Kaysel (2015, p. 69), sendo possível somente pela

> [...] guinada para a centro-direita dada em 1994, com a aliança de governo com o PFL e o Plano Real, se já não estava contida de antemão na fundação do PSDB, não pode ser tida como algo surpreendente e estranho as origens da agremiação.

Fernando Henrique Cardoso, portanto, somente tornou-se Presidente por meio de alianças com o conservador PFL, originários de setores do ARENA, partido pertencente ao grupo que comandou a ditadura militar iniciada em 1964, ou seja,

grupos de extrema direita que se mantinham vivos, mesmo após a redemocratização e viram em FHC a pessoa adequada para manterem-se no comando do país.

1.2 O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

O governo de FHC representou um acordo político envolvendo os setores que alçaram Fernando Collor de Mello em 1989, mas que, arrependidos, propuseram o seu impeachment. Fazendo parte deste havia a grande mídia, capitaneada pelo grupo Globo, latifundiários do Nordeste, representados na figura do Vice, Marco Maciel, e o empresariado em geral ávido por um governo voltado ao neoliberalismo. Na prática, atores que estavam em 1964 e não foram afastados com a redemocratização. Os grupos de extrema direita mantinham-se na estrutura central de poder.

O êxito do Plano Real, ao mesmo tempo que possibilitou a vitória de FHC, ainda no primeiro turno, tornou exigível a manutenção do controle sobre a inflação e a estabilidade da moeda. Acima de tudo, era a meta que o governo deveria perseguir. Apesar de ter obtido sucesso nessa empreitada, o compromisso do Presidente foi a implementação de uma agenda neoliberal com medidas que os grupos que elegeram Collor de Mello almejavam, mas que não obtiveram sucesso durante a presidência deste. De acordo com Andrade (2013, p. 20):

> O Plano Real [...] proporcionou o fortalecimento dos discursos filosóficos que elegeram o liberalismo, em sua nova fase, como sinônimo de eficiência e prosperidade econômica. A paridade com o "dólar americano" proporcionou o aumento do consumo da burguesia e classe média brasileira, fortalecendo os fundamentos para a eleição de FHC à Presidência da República.

Seguindo esse compromisso, tornando-o um aspecto marcante dos anos de seu governo, FHC, em sua empreitada neoliberal, promoveu a venda de empresas públicas e de sociedades de economia mista para a iniciativa privada, transferindo serviços que eram, até então, prestados, exclusivamente, pelo Estado. Com a privatização, o governo arrecadou cifras consideráveis, criando uma caixa para dar segurança a investidores, principalmente, internacionais.

> O governo Fernando Henrique Cardoso, atendendo às recomendações do Plano Brady e, fortemente influenciado pelos princípios hayekianos inerentes à centralidade do mercado como gestor das trocas capitalistas, investiu na continuidade do processo de privatização das empresas estatais. O governo incrementou o Programa Nacional de Desestatização, utilizando, em seus discursos,

> como justificativa, a necessidade veemente de modernização de setores essenciais da economia brasileira (ANDRADE, 2013, p. 51).

Em consonância com o viés liberal de seu governo e a prática de privatizações, Fernando Henrique Cardoso realizou consideráveis cortes nos gastos públicos, o que elevou as reservas financeiras, desprestigiando setores como a saúde e a educação, além de, praticamente, congelar o salário dos servidores públicos. Na área social, promoveu a criação de alguns programas sociais como o bolsa-escola, o auxílio-gás e o bolsa-alimentação.

De acordo com Andrade (2013, p. 87):

> O crescimento do setor privado de ensino superior no Brasil foi acompanhado por uma ação governamental voltada à redução de investimentos no setor púbico de ensino superior, acompanhando a tendência utilizada por este governo atendendo aos trâmites do projeto neoliberal.

O acordo bem sucedido entre setores da elite econômica e da grande mídia, responsáveis por garantir a sua eleição, e a exitosa implementação de políticas neoliberais revelaram a necessidade da manutenção de Fernando Henrique Cardoso no poder. Havia, porém, um entrave constitucional impedindo a sua reeleição, entrave a ser eliminado pelos apoiadores do então Presidente.

A solução deu-se com a proposição de uma emenda à Constituição capaz de permitir a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. A aprovação desta proposta, porém, exigia um número considerável de parlamentares, cerca de 3/5, sendo 308 deputados e 49 senadores. Não se obteria uma quantidade tamanha de congressistas facilmente, sem contrapartidas importantes a quem decidisse por volta favoravelmente.

Para estudiosos sobre a política brasileira, a aprovação da emenda da reeleição constituiu-se como um dos momentos de maior corrupção da República do Brasil e cujas cifras financeiras e aspectos políticos envolvidos não poderiam ser concretizados se não houvesse a participação direta e ativa do próprio governo na pessoa do Presidente Fernando Henrique Cardoso na articulação. De acordo com Anderson (2002, p. 4):

> At the end of eight years, what is the balance sheet? There has been no change of any kind. In power, Cardoso preferred to maintain the existing amorphous promiscuity, which afforded much scope for his own outstanding skills in corridor negotiation and manoeuvre. The ‘reform’ he forced through instead was the exact opposite: changing the Constitution to permit his own re-election as President. Politically

> speaking, this was certainly the worst single act of his rule, and the one which will have the longest effects.

A emenda foi aprovada e Fernando Henrique Cardoso pôde concorrer à mais um mandato. Luís Inácio Lula da Silva era, mais uma vez, o concorrente direto contra a manutenção do status quo. Apesar do desgaste envolvido na aprovação de sua reeleição, FHC venceu, novamente, em primeiro turno, possibilitando aos grupos que apoiaram em 1994 permanecerem no poder com o consequente prosseguimento da política neoliberal no Brasil.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o preponderante quadro positivo delineado nos quatro primeiros anos modificou-se. O fracasso na política de desvalorização do real, a crise cambial de 1998 que atingiu diversos países, o apagão do setor elétrico (com o racionamento de energia e impactos no PIB) e o alto custo da emenda da reeleição impactaram a estabilidade econômica que começou a dar sinais de enfraquecimento, elevando o custo de vida dos mais pobres especialmente.

De acordo com Andrade (2013, p. 74), “o colapso do Plano Real e do Mercosul provocou mutações no discurso do governo e ganhou seu apogeu de crise do modelo neoliberal da inserção internacional do Brasil surgido no princípio da década de 1990. Os investidores, atemorizados, arrebataram bilhões de dólares do Brasil.”

Com a popularidade descendente e a visível piora na condição de vida dos mais pobres, o caminho para a saída do grupo que apoiou Fernando Henrique, durante anos, estava trilhado. O enfraquecimento do partido do Presidente era visível, considerando o fraco resultado observado nas eleições municipais de 2000. Na eleição de 2002, Luís Inácio Lula da Silva concorreria mais uma vez à Presidência da República, mas com um PSDB então em declínio.

A situação do PSDB era completamente diferente de 1994. O partido acumulou um desgaste de oito anos de governo e não havia consolidado um nome com capital político capaz de promover a mesma união havida anteriormente. O candidato escolhido foi José Serra, ex-ministro da saúde de FHC, mas que não se mostrou capaz de enfrentar a união formada em torno da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva composta, inclusive, por empresários.

> A análise do contexto em que se desenvolveu a eleição de 2002 deve considerar que o Brasil vinha de duas eleições decididas em primeiro turno a favor de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em parte, devido ao extenso período no poder, a popularidade de seu governo

> foi corroída no segundo mandato, quando ocorreram, em 1999, a crise cambial, com a consequente desvalorização do Real e, em 2001, o racionamento de energia, criando um cenário difícil para o candidato tucano José Serra na disputa eleitoral. De acordo com o Instituto *Datafolha*, em outubro de 2002 a avaliação positiva (respostas "*ótimo/bom*") do governo FHC era de 23%, bem inferior à obtida em setembro de 1998, de 43%, pouco antes de sua reeleição (FIGUEIREDO; COUTINHO, 2003, p. 95).

Nesse contexto, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva tornou-se questão te tempo, concretizando-se com o apoio de mais de 52 milhões de brasileiros, cerca de 61% dos votos válidos. Pela primeira vez, o Brasil elegia um Presidente de origem humilde e vinculado a uma pauta de esquerda, alinhando-se às modificações geopolíticas ocorridas a nível mundial cujos governos de direita estavam sendo enfraquecidos. A análise dos governos petistas será objeto de estudo do próximo capítulo.

2 OS GOVERNOS DO PT

2.1 O GOVERNO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

A eleição do ex-metalúrgico constituiu-se evento atípico na República brasileira, comumente escrita com a eleição de Presidentes vinculados a pautas conservadoras e de extrema direita. Embora com diversas concessões, inclusive, tendo como seu vice, um empresário, José Alencar, dono de uma das maiores redes têxteis do país, a modificação no paradigma político no Brasil não apresentava precedentes. Comentando o episódio, fazendo um comparativo com as eleições de Chirac e Jospin, Perry Anderson (2002, p. 5) destaca a particularidade da eleição de Luís Inácio Lula da Silva:

> To note these precedents is not to say that Brazil is doomed to repeat the same cycle. Potentially, Lula's capture of the Presidency marks a far deeper, and more hopeful, political change than any rotation of office in France. The symbolism of a former shoeshine boy and street vendor achieving supreme power in the most unequal major society on earth speaks for itself. Although other Brazilian Presidents have been of comparatively humble origin, they all made their way to the top through further –military or civilian – education. Lula, a trade-union leader in his twenties, remains culturally a worker from a poor rural family, raised in the industrial belt round São Paulo, whose Portuguese is imperfect, and formal learning minimal.

Apesar do apoio obtido para a sua candidatura e do PT comandar importantes prefeituras do Brasil, o caminho para Luís Inácio Lula da Silva não se mostrava tão promissor. Quando eleito, seu partido estava longe de ter uma maioria no Congresso capaz de garantir a aprovação de seus projetos. Acostumado a cumprir um papel incisivo na oposição, precisava enfrentar a nova função: a de governo.

A tentativa de conseguir essa maioria pode ser considerado como um ponto de inflexão na história do PT, tomando-se por base o caminho que o partido escolheu para obter os votos que lhe interessavam, qual seja, o da compra de votos, em um escândalo que ficou conhecido como “mensalão”. Um esquema que consistia em depósitos mensais para parlamentares votarem favoravelmente ao governo.

O esquema de corrupção era comandado por José Dirceu, Ministro Chefe da Casa Civil e uma das personalidades mais importantes do PT. O escândalo gerou diversas consequências, como a perda de credibilidade do partido, sempre defensor da bandeira da honestidade, mas que estava comportando-se como outros quando atingiu o poder. Tal aspecto demarcou o início do afastamento de diversos setores da sociedade desencantados com o caminho trilhado pelos petistas.

> In the spring of 2005, the leader of one of the smaller parties in Congress (there were more than a dozen of these), coming under pressure after one of his henchmen was videotaped pocketing a bribe, hit back with the revelation that the government had been systematically buying the votes of deputies, to the tune of $7000 a month each, to secure majorities in the legislature. In charge of the operation was the head of Lula’s cabinet in the presidential palace, José Dirceu, the money coming from illegal funds controlled by the PT and distributed by its treasurer, Delúbio Soares. Within weeks of this bombshell, an aide to the brother of the chairman of the PT, José Genoino, was arrested boarding a flight with 200,000 reais in a suitcase and $100,000 in his underpants (ANDERSON, 2011, p. 2).

A descoberta do esquema gerou uma ação penal no Supremo Tribunal Federal com a implicação de diversos políticos do PT, representando um abalo na estrutura do partido que se viu órfão de seus principais líderes, o que produziu o isolamento de Luís Inácio Lula da Silva assistindo ao seu projeto de poder fracassar e a oposição ameaçando pedir o seu impeachment. A situação para o Presidente, no entanto, modificou-se e para melhor.

Apesar de seu partido e de seus principais líderes encontrarem-se envolvidos no mensalão, Luís Inácio Lula da Silva não foi implicado em nenhum momento,

mantendo-se a salvo de qualquer consequência jurídica. Mas, a reviravolta econômica foi o aspecto que manteve firme seu projeto político, protegendo-o contra os riscos à sobrevivência de seu governo.

Por meio de uma elevação considerável das exportações, especialmente de comodities, como soja e petróleo, ampliando os parceiros comerciais, principalmente negociando com a China, a economia brasileira iniciou um ciclo de aumentos sustentáveis e sucessivos do PIB sem precedentes, o que acarretou a redução no nível de desemprego do país, alçando o Brasil a um patamar de estabilidade econômica jamais vista.

> After a period that had seen the worst stagnation of the century – an annual average growth of 1.6 per cent in the 1990s, creeping up no higher than 2.3 per cent in Cardoso's eight years – GDP increased at a clip of 4.3 per cent from 2004 through 2006. The jump was essentially due to external good fortune. These were the years in which Chinese demand for Brazil's two most valuable exports, soya and iron ore, took off, amid a steep general rise in commodity prices. (...) As business and jobs picked up, the mood in the country changed. Few voters were disposed to quibble with official claims taking credit for the improvement. With the upturn, moreover, the state was now collecting larger revenues. These would be critical for the government's second ace (ANDERSON, 2011, p. 4).

Na área social, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, após erros iniciais, conseguiu organizar um programa de distribuição de renda, denominado bolsa família, em que foi possível a redução da desigualdade no país, retirando milhões de brasileiros da pobreza extrema. Somando-se a esse aspecto, houve uma expansão da educação pública no país possibilitando o acesso à esta a, praticamente, todas as classes por meio da criação de Universidades e Institutos Federais de Educação. Ademais, na esfera privada, promoveu o auxílio a programas de financiamento estudantil para a entrada em faculdades particulares.

> His first attempt, a Zero Hunger scheme to assure minimum sustenance to every Brazilian, was a mismanaged fiasco. In his second year, however, consolidating various pre-existent partial schemes and expanding their coverage, he launched the programme that is now indelibly associated with him, the Bolsa Família, a monthly cash transfer to mothers in the lowest income strata, against proof that they are sending their children to school and getting their health checked. The payments are very small – currently $12 per child, or an average $35 a month. But they are made directly by the federal government, cutting out local malversation, and now reach more than 12 million

> households, a quarter of the population (ANDERSON, 2011, p. 4).

Com a popularidade elevada devido as conquistas obtidas, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva tornou-se favorito à reeleição. Em 2006, novamente, em um embate com o PSDB, ele disputou com Geraldo Alckmin. Apesar do quadro favorável, a eleição não foi resolvida no primeiro turno, com o PT precisando ir a mais uma disputa para se sair vencedor.

No segundo mandato, o quadro favorável manteve-se. Mesmo com a crise mundial de 2008, os efeitos na economia foram freados com a política de enfretamento desenvolvida pelo governo, evitando medidas de austeridade, como a redução de crédito, capazes de frear o consumo. Na verdade, em pronunciamentos públicos, foram tomadas medidas opostas, com o Presidente incentivando o consumo.

> É claro que o governo do presidente Lula contou com um cenário internacional favorável até 2008, mas não podemos creditar os avanços do período exclusivamente a este cenário. É bom lembrar que o cenário internacional se modificou drasticamente a partir de setembro de 2008 e, após o forte impacto da crise, a economia retomou sua trajetória de crescimento. É bom lembrar que a retomada do crescimento foi facilitada pela ampliação do mercado consumidor fruto da melhoria na distribuição da renda, a qual guarda forte correlação com as políticas públicas implementadas no período (CURADO, 2011, p. 103).

De acordo com Oliveira (2016, p. 212), a conquista de diplomas universitários, compra de eletroeletrônicos, uso de indumentárias de marcas esportivas e da moda, viagens de avião, até mesmo para o exterior, circulação em ambientes privados antes restritos à classe dominante e a setores médios que procuram partilhar de valores e comportamentos próximos aos de seus patrões, não eram mais signos de distinção social tão evidentes, antes usados para “manter os pobres em seu lugar”.

Como consequência da política econômica desenvolvida, o crescimento elevado e sustentável do PIB manteve-se, bem como a estabilidade econômica. Aliando-se a boa situação fiscal, o aumento do emprego e o investimento público na educação permaneceram. Diante desse quadro favorável, a aprovação ao governo atingiu patamares jamais observados, especialmente, entre as classes menos abastadas, gerando um considerável capital político ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva capaz de legitimá-lo para indicar seu sucessor sem interferências externas.

À medida que o apoio da população mais carente, especialmente por esta ter passado a usufruir de benefícios antes restritos às classes mais abastadas, crescia em favor do Presidente, no sentido inverso, pelo mesmo motivo, aumentava a rejeição ao petista. Conforme Oliveira (2016, p. 212), a inclusão social produzida por meio do consumo trouxe um incômodo generalizado entre estratos médios e a classe dominante. O mito liberal de que o consumo é acessível a todos através do dinheiro, adquirido pelo trabalho, encontrou limites nos valores escravistas ainda presentes na sociedade brasileira, onde ainda permanece uma rígida hierarquia de classes sociais, diretamente associada a um racismo estrutural.

Para o cargo, o Presidente buscava um nome que convergisse com certas caraterísticas, tais como, não estar envolvido em qualquer caso de corrupção, alguém fora do ciclo de comando do PT, preferencialmente, e com um perfil mais técnico do que ele próprio. Para Luís Inácio Lula da Silva, quem melhor reunia essas qualidades para sucedê-lo era sua Ministra, Dilma Rousseff que se tornou a Primeira Presidente mulher da história brasileira.

2.2 O GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF

A missão da Presidente Dilma Rousseff não era simples. Foi indicada pelo Presidente com o maior índice de popularidade da República, superior, inclusive, a que ele próprio havia iniciado em 2002, com uma economia estável, desemprego em queda e o Brasil assumindo uma importância mundial até então inédita. Substitui-lo era uma tarefa bastante delicada.

> To succeed him, Lula picked his chief of staff, Dilma Rousseff, in the 1960s a fighter in the underground against the military dictatorship, who had never held or run for electoral office before. With Lula at her side, she coasted to victory with a 56 per cent majority, the first woman to win the presidency. Initially better received by a middle class that detested Lula, for two years she enjoyed quite widespread esteem for a show of calm and competence (ANDERSON, 2019, p. 1).

No início de seu governo, Dilma Rousseff manteve a favorável situação econômica, com uma anuência, inclusive maior, de setores que não se alinhavam ao ex-Presidente. Entretanto, nos últimos anos de seu mandato, a situação começou a modificar-se, em especial a partir das manifestações de 2013 e das denúncias de corrupção envolvendo integrantes do partido dos trabalhadores em um escândalo que ficou conhecido como petrolão, uma referência ao mensalão de 2005.

Em relação às manifestações, a pauta não era, inicialmente, direcionada ao governo de Dilma Rousseff, mas a um aumento da passagem de ônibus na cidade de São Paulo que, entretanto, serviu de estopim para outras demandas da sociedade que se irradiaram por todo o país. O que se mostrou peculiar nos eventos foi a participação de jovens e a aversão dos idealizadores à participação de políticos, bem como à própria política.

> Essa ofensiva vem crescendo desde 2013 quando a direita disputou a direção das manifestações de junho de 2013 e, com o apoio da grande mídia, conseguiu neutralizar a visibilidade da pauta pela ampliação de políticas sociais e colocou em seu lugar a bandeira de combate a corrupção. Em 2015 se sentiu fortalecida para convocar grandes manifestações contra o governo Dilma Rousse5 e assumir a bandeira do impeachment da presidente (SILVA, 2016, p. 146).

No que se refere ao petrolão, os grupos alijados do poder desde 2002, como o PSDB, setores da mídia e parte do empresariado e da classe média que se afastou do PT, aproveitaram para condenar o partido tornando-o o único responsável pela corrupção, esquivando-se de analisar a participação de outras agremiações políticas que, também, desenvolveram práticas semelhantes durante os anos dos governos petistas. Nas palavras de Jesse Souza (2016, p. 112):

> Como em toda a história republicana brasileira, o mote da corrupção é sempre usado como arma letal para o inimigo de classe da elite e de seus aliados. Isso sempre ocorre quando existem políticas que envolvam inclusão dos setores marginalizados – que implicam menor participação no orçamento dos endinheirados e aumento do salário relativo dos trabalhadores, o que também não os interessa – ou condução pelo Estado de políticas de desenvolvimento de longo prazo.

Somando-se ao negativo quadro político estabelecido, os positivos índices econômicos e de emprego, propulsores dos governos de Luís Inácio Lula da Silva, iniciaram um decréscimo, causado pela queda no preço das comodities no mercado internacional, mas, também, pelas escolhas erradas feitas pela área econômica para recuperar os estragos provocados que, ao contrário do objetivo esperado, geraram, como consequência, a queda do PIB, com a população menos favorecida observando, na prática, a volta da inflação.

> High commodity prices had underlain Lula's boom, without altering Brazil's historically low rates of investment and productivity growth. Virtually as soon as Dilma took office in 2011, they started to fall, bringing growth abruptly down to 1.9 per cent by 2012. In 2013 the US Federal Reserve announced it would stop buying bonds, setting off a so-called 'taper tantrum' in capital markets, drawing foreign finance out

> of Brazil. The balance of payments deteriorated. Inflation picked up. The years of buoyant prosperity were over (ANDERSON, 2019, p.2).

O desgaste sofrido pela Presidente tornou difícil a reeleição. A oposição havia fortalecido-se, comparativamente às eleições anteriores, especialmente, pela aversão criado ao PT, alçado à condição de único responsável pela corrupção no Brasil. Ademais, crescia o apoio ao tucano Aécio Neves, candidato do PSDB que, ao contrário dos presidenciáveis anteriores do partido, utilizou-se do legado de Fernando Henrique Cardoso e do plano real como responsáveis pela estabilidade e crescimento desenvolvidos no país.

Embora em uma disputa acirrada, a Presidente reelegeu-se, em segundo turno, com uma pequena margem para Aécio Neves, obtendo 54,5 milhões de votos (cerca de 51,64 dos votos válidos) contra 51 milhões de votos (48,36%) do tucano. O PSDB e os setores que o apoiaram não aceitaram a derrota. O partido, no dia 30 de outubro de 2014 protocolizou, no Tribunal Superior Eleitoral, um pedido de auditoria nas urnas eletrônicas. Tal estratégia ainda era o primeiro passo de uma série de investidas que ainda seriam promovidas, pelos tucanos, contra o governo eleito.

> Após a proclamação do resultado presidencial de 2014, teve início uma disputa insana que visava impedir a posse e a governabilidade do segundo mandato de Dilma Rousseff, que teria de lidar com uma nova legislatura parlamentar de perfil ainda mais retrógrado e fisiológico do que de costume. Imediatamente, o derrotado Aécio Neves (...) colocou em suspeita a lisura da contagem dos votos e ingressou com processos junto ao Tribunal Superior Eleitoral, questionando o resultado e a prestação de contas da campanha de sua adversária (OLIVEIRA, 2016, p. 214).

Em meio à crise na economia, com o PIB baixo e desemprego em alta, a Presidente, ainda em 2014, buscando apoio do setor financeiro, informou que iria nomear Joaquim Levy, nome ligado ao mercado que, ao saber da opção de Dilma Rousseff, aplaudiu a escolha por compreendê-la como uma promessa de ajustes nas contas públicas, de redução do déficit fiscal e de aproximação da política econômica a um viés liberal.

> Before her second term had even formally begun, Dilma reversed course. A spell of austerity, she abruptly explained, was required. The architect of the new economic matrix was dismissed, and the Chicago-trained head of the asset management division of Brazil's second largest private bank installed at the finance ministry, with a mandate to curb inflation and restore confidence. The imperatives now were to cut social spending, curtail credit from public banks, auction state property and raise taxes to bring the budget back into primary surplus. Soon the Central Bank had hiked interest rates to 14.25 per cent (ANDERSON, 2016, p. 2).

De acordo com Oliveira (2016, p. 214-215), a polarização das eleições de 2014 levou a setores de esquerda descontentes com a política de conciliação de classes a apoiar a reeleição de Dilma Rousseff. Apesar do amparo, a Presidente, quando nomeou Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, apostou, em virtude da instabilidade pós-eleitoral, no pragmatismo político, acenando às forças conservadoras e do mercado no atendimento de suas exigências cada vez mais pesadas, ao invés de responder às aspirações desses movimentos que acabaram por ser decisivos para sua vitória. Assim, o Brasil manteve o quadro de recessão.

> Lacking any popular counter-force to withstand concerted pressure from the country's elites, Dilma no doubt hoped, after her narrow re-election, that by beating an economic retreat, with an initial belt-tightening like that of Lula's first years in power, she could reproduce the same kind of upturn. But external conditions precluded any comparable outcome. The dance of the commodities has gone, and recovery, whenever it comes, is likely to be subdued (ANDERSON, 2016, p. 5).

O ministro, embora tenha buscado cumprir as promessas, com ações, inclusive, junto ao Congresso para poder implementar a nova ordem econômica do governo, chegando a obter êxito em algumas delas, não conseguiu alavancar a economia brasileira que se manteve longe das cifras positivas do mandato do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Com esse quadro e sofrendo pressões de setores, inclusive do próprio PT, o ministro Joaquim Levy foi substituído por Nelson Barbosa.

Embora celebrado pelo mercado, a escolha de Joaquim Levy serviu, na verdade, como meio de isolamento da Presidente, com diversas alas do PT compreendendo a indicação como um "estelionato eleitoral" em virtude do perfil liberal e contrário às políticas econômicas almejadas pelos movimentos socias vinculados ao partido. Desse modo, a já frágil base política de Dilma Rousseff reduzia-se. De acordo com Perry Anderson (2016, p. 2):

> Since the economy had already stalled, the effect of this pro-cyclical package was to plunge the country into a full-blown recession – investment declining, wages falling and unemployment more than doubling. As GDP contracted, fiscal receipts fell, worsening the deficit and public debt. No government's ratings could have withstood the speed of this deterioration. But the meltdown of Dilma's popularity was not just the predictable result of the impact of recession on ordinary living standards. It was also, more painfully, the price of her abdication from the promises on which she was elected. Overwhelmingly, the reaction among her voters was that her victory was an *estelionato*, an embezzlement: she'd cheated her supporters by stealing the clothes of her opponents. Not just disillusion, but anger followed.

Em meio ao quadro econômico de recessão e a perda de apoio político, o grupo derrotado na eleição de 2014, embora dividido, aproveitou a oportunidade para desenvolver duas estratégias para chegar ao poder antes de 2018. A primeira consistia em um processo, peticionado pelo PSDB, questionando a aprovação das contas de campanha da chapa Dilma-Temer, que haviam sido aprovadas, em dezembro de 2014, com ressalvas pelo TSE. Na fundamentação do pedido, alegava-se ter havido irregularidades em virtude do recebimento de valores vinculados a esquemas de corrupção

> The PSDB (...) had not taken its defeat for the presidency lying down. Furious at being baulked of a triumph on which he had counted, their leader Aécio Neves lodged charges of illegal expenditure against the winning ticket with the Supreme Electoral Tribunal, hoping to get the result cancelled and a new poll instituted, in which – given popular disillusion with Dilma's economic course – he could this time be sure of success (ANDERSON, 2019. p. 3).

Esse caminho, apesar de seguido, não era consenso. José Serra, Senador tucano por São Paulo, e Fernando Henrique Cardoso possuíam outros planos. A outra estratégia era dar encaminhamento a um pedido de impeachment da Presidente, fundamentando-o na prática que se tornou conhecida como pedaladas fiscais. De forma simplificada, representa um procedimento contábil que consiste no atraso do repasse de verbas do governo a bancos públicos para quitar dívidas. Procedimento realizado de forma comum por diversos governos, inclusive, pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, mas somente foi aventado como crime por se tratar do PT.

> But the PSDB, a conglomerate of well-heeled notables in which others had their own ambitions, was not of one mind behind him. The party's unsuccessful candidate for the presidency in 2002, José Serra, now a senator for São Paulo, saw a different path to the eviction of Dilma, one that could broaden support for her ouster and play into his own hands. The drawback of Aécio's route was that it also threatened Temer as Dilma's running mate. It therefore had small appeal for the PMDB. Serra was close to Temer; they had long been associates in São Paulo politics. Better then to launch impeachment proceedings against Dilma in Congress, where Cunha could be expected to give them a favourable hearing. Success would automatically make Temer president and give Serra the ideal launching pad to succeed him, pipping Aécio for the presidency (ANDERSON, 2019, p. 3).

As duas estratégias acabaram sendo desenvolvidas, já que os setores derrotados em 2014 não chegaram a um consenso em relação ao melhor caminho para alijar Dilma Rousseff do poder. A segunda demonstrou-se, contando com a participação ativa do vice-

Presidente, bastante eficaz, obtendo o fim almejado. A primeira, no entanto, tornou-se um constrangimento para o PSDB, considerando que o objetivo de retirada da petista já havia sido almejado.

De acordo com Valim (2017, p. 40-41), no caso do impeachment, a democracia não foi abatida por um golpe militar, com tanques e fuzis, mas sim pelo que vem sendo chamado de um "golpe institucional", gestado e levado a efeito sob uma aparência de legalidade. Para ele, foi instaurado um processo, em que se ouviram as partes e as testemunhas, foram elaborados relatórios, mas tudo não passava de uma grande farsa, um simulacro de devido processo legal encenado por parlamentares toscos e venais, sob o impulso decisivo da mídia nativa.

O impeachment, no entanto, considerando a ampla aliança organizada para concretizá-lo, bem como as concessões necessárias para efetivá-lo, tornou-se o propulsor para grupos da direita retornarem ao poder com uma força que não possuía desde 1964. Esse aspecto será objeto de estudo no último capítulo cujo objetivo será demonstrar como Jair Bolsonaro tornou-se, apesar de parecer improvável, Presidente da República.

3 DIREITA VOLVER?

3.1 A ERRADA APOSTA NO IMPEACHMENT

A articulação em torno do impeachment objetivava a retirada do PT do poder para, em 2018, recolocar o grupo derrotado, desde 2002, no Palácio do Planalto, bem como evitar que as investigações relativas à operação Lava-Jato produzissem efeitos mais drásticos em outras agremiações políticas que não fosse o partido dos trabalhadores. Como se falou na época, "era preciso estancar a sangria".

Havia apoio suficiente para tal. O Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o PSDB e uma parte considerável do PMDB, articulado pelo próprio vice de Dilma Rousseff, Michel Temer, bem como a grande mídia e o Judiciário estavam empenhados para concretizar o impeachment. Apesar desses setores mostrarem-se alinhados e serem fundamentais, foi o apelo popular, expressado por meio de diversas manifestações pelo Brasil, que se tornou decisivo.

Eficazmente, os idealizadores do impeachment conseguiram articular a

opinião pública para ir às ruas contra a corrupção que se tornou, para os participantes das manifestações, sinônimo de alijar Dilma Rousseff, mesmo que houvesse políticos envolvidos em casos bem mais graves do que se atribuía à Presidente. Para parte da população importava retirar o PT do poder, transparecendo serem o preço para tal e as consequências aspectos irrelevantes.

Entre os manifestantes, ganhou destaque a presença de grupos de direita, alguns menos radicais, erguendo bandeiras vinculadas ao liberalismo econômico, como o movimento Brasil Livre e outros, extremistas, com propostas que envolviam a exaltação da ditadura militar de 1964 e a defesa do retorno dos militares ao poder. Esses setores já estavam, de certo modo, unidos nas manifestações de 2013, mas em 2016 a agregação e a força política aumentaram em torno da defesa do impeachment.

> Não foram poucas as bizarras expressões manifestadas nas ruas, em redes sociais e até no parlamento, que faziam apologias a uma intervenção militar fundadas em paranoias anticomunistas, como se os governos do PT fossem uma ameaça comunistizante. A defesa desavergonhada da ditadura e da tortura vinha acompanhada da recusa do reconhecimento de que o golpe de 1964 foi, de fato, um golpe. No entender desses grupos extremistas, em 1964 houve uma "revolução" que livrou o país do comunismo; agora, caberia uma "intervenção constitucional" das Forças Armadas, baseada em uma interpretação bastante criativa do artigo 142 da Constituição Federal (OLIVEIRA, 2016, p. 195).

Os grupos derrotados em 2016, encabeçados pelo PSDB, apostaram na retirada de Dilma e na retomada do poder, inicialmente, fazendo parte do governo do Presidente Michel Temer e, em 2018, lançado algum candidato capaz de unir todos contra o partido dos trabalhadores, entendendo que a aversão da população ao PT, especialmente, pela decepção com o envolvimento do partido em escândalos de corrupção, seria suficiente para impedir que este retornasse ao Palácio do Planalto.

> The three principal parties involved – they numbered seven in all – were the PMDB, the Progressive Party (a sprig of the dictatorship) and the PT. Which banked the most is still unclear. But since few had any illusions about the first two, it was the exposure of the third that mattered politically. The *mensalão* was petty cash by comparison with the enormity of the *petrolão*, and whereas the former had been of no private benefit to members of the PT, it was soon clear that the latter had erased the line between organisational funding and personal enrichment. (...) The sociologist Chico de Oliveira's warning, made well before the *petrolão* came to light, that the PT was descending towards transmogrification into a taxonomically aberrante species of political life, could no longer be dismissed as a mere metaphor (ANDERSON, 2016, p. 8).

A escolha dos tucanos em apoiar o impeachment, no entanto, gerou consequências negativas, mesmo no curto prazo. Dois aspectos corroboram com essa conclusão. O primeiro foi a descoberta de escândalos de corrução envolvendo o então presidente Michel Temer e diversos de seus apoiadores, bem como o candidato derrotado do PSDB, em 2016, Aécio Neves, que havia contestado o resultado da eleição em que havia sido derrotado.

Dessa forma, o PSDB avocou o combate à corrupção para a saída de Dilma Rousseff, mas, ao mesmo tempo, viu-se fazendo parte de um governo envolvido em corrupção, bem como seu principal presidenciável. Tal quadro produziu uma contradição que afastou os setores que haviam apoiado o impeachment deslocando-os para um espectro mais radical, o da extrema direita.

A aposta errada no impeachment custou-lhe a eleição, transferindo o sentimento contra o PT à Jair Bolsonaro. Com o atentado que sofreu, o candidato tucano não pôde mais atacar o Deputado Federal, como pretendia, com o objetivo de tentar reverter o quadro. De acordo com Almeida (2019, p. 198), a facada sofrida por Bolsonaro lhe conferiu proteção de imagem e, como consequência, impediu Alckmin e o seu marketing político de promover um confronto mais agressivo para captar a faixa comum de eleitorado disputado por ambos. Sem poder explorar a rejeição de Bolsonaro, Alckmin perdeu a bandeira do antipetismo no campo a direita e ao centro.

Esse é o segundo aspecto. Sentindo-se receosos do retorno do PT ao poder, os grupos que apoiaram o impeachment iniciaram uma aproximação com o Deputado Federal Jair Bolsonaro, visto como a única opção viável para evitar que, em 2018, Luís Inácio Lula da Silva ou quem ele indicasse, retornasse ao Palácio do Planalto. O PSDB, consequentemente, passou a ser tratado como uma opção arriscada, perdendo o apoio obtido quando orquestrou o impeachment de Dilma Rousseff.

3.2 A ELEIÇÃO DE BOLSONARO: A DIREITA RETORNA AO PODER?

Na história brasileira, as classes dominantes sempre se mantiveram apartadas de outras menos favorecidas, havendo castas sociais em que a desigualdade permaneceu constante. Entre os aspectos que justificam essa conclusão está a tradição escravocrata do Brasil que, mesmo depois de cerca de 130 anos da abolição, ainda se reflete (apesar de algumas inflexões observadas, em

especial, nos dois governos do Presidente Lula) na segregação econômica e social entre ricos e pobres.

No Brasil, os defensores dessa segregação (presentes na história brasileira, desde o início, não se constituindo, assim, como personagens recentes), comumente, são vinculados ao que se consuma enquadrar como “direita” no aspecto político. Sebastião Velasco e Cruz (2015, p. 14-15), destaca o caráter abstrato do termo “direita”, afirmando que este não remete a uma corrente de pensamento particular ou a uma família de pensadores, de partidos ou movimentos políticos e sociais. Segundo ele, pode-se afirmar isso de categorias como conservadorismo, ou fascismo; liberalismo, ou socialismo, anarquismo, ou comunismo – mas não dos conceitos de direita, ou de esquerda, o seu oposto complementar e arremata:

> Há muitas formas de pôr em evidencia esse fato, mas a mais simples, parece-me, é indicar como a dupla em questão é empregada para ordenar os elementos contidos nas definições precedentes. Podemos dizer de um conservador, ou de um comunista, que ele está à esquerda ou à direita de algum de seus pares, mas não faria o menor sentido dizer de alguém de esquerda ou de direita que ele e mais fascista, ou socialista do que um outro qualquer (VELASCO E CRUZ, 2015, p. 15).

Para o objeto do artigo, em que não se faz necessária uma digressão a respeito do conceito de “direita” que Sebastião Velasco e Cruz detalha em seu artigo, pode-se utilizar da simplificação que o próprio autor realiza, embora destacando ser incompleta, que permite o estabelecimento de um parâmetro suficiente para indicar quais as bandeiras os direitistas brasileiros defendem, como a exaltação do nacionalismo, o engessamento dos conceitos sobre religião e família, o preconceito (disfarçado ou explícito) contra minorias e a manutenção da divisão social, com a nítida distinção de classes econômicas, são pautas que permanecem vivas fazendo parte da sociedade brasileira:

> Quando falamos em direita no Brasil hoje pensamos imediatamente nos nostálgicos do regime militar; nos defensores da redução da maioridade penal e da fuga para frente repressiva como solução ao problema da insegurança coletiva; nos intolerantes culturais e religiosos de todo tipo; nos defensores das “soluções de mercado” para todos os problemas e todas as áreas de políticas públicas; nos detratores dos programas de promoção social, como o Bolsa Família; nos defensores radicais da austeridade fiscal, da política de juros altos e da internacionalização sem peias da economia brasileira; nos críticos da política externa, que denunciam os seus arroubos autonomistas e defendem, em seu lugar, o retorno a uma política de subordinação aos Estados Unidos (VELASCO E CRUZ, 2015, p. 15).

Percebe-se que o Brasil, à exceção de alguns momentos, manteve-se estruturado, socialmente e economicamente, a valores típicos da direita graças a presença perene dos grupos que os representam na estrutura central de poder, as vezes com menos força, mas não ausente. Nas palavras de Kaysel (2015, p. 49), "(...) a direita, ou melhor, as direitas tem no Brasil uma longa história, sem a qual a atual onda reacionária se torna incompreensível, como 'um raio em céu azul'". Após a redemocratização e a Constituição brasileira de 1988, os defensores desse viés ideológico vincularam-se aos governos de Fernando Collor de Mello e, especialmente, a Fernando Henrique Cardoso, tendo sua influência reduzida de 2002 até 2016.

Em relação a esse aspecto, destaca-se a análise de Almeida (2019, p. 200), comparando os perfis de outro eleito pela direita, Fernando Collor, a Jair Bolsonaro, bem como os aspectos envolvidos em ambas as eleições. Se a quantidade de candidatos torna parecidas as eleições de 1989 e 2018, outras semelhanças foram detectadas durante a corrida para o primeiro turno. O discurso contra a corrupção de Jair Bolsonaro remetia a "caçada de marajás" de Fernando Collor, ambos lançaram mão dos símbolos nacionais, como a bandeira e as cores verde e amarela. O discurso dos dois foi de superação da velha política, sendo que o alvo de Collor de Mello, na época, era contra Jose Sarney e o PMDB. Por último, os dois pertenciam a um novo e pequeno partido, PRN e PSL, este do Deputado Federal.

Como um caminho para retornar ao poder, a direita utilizou-se do golpe de 2016, incialmente, em associação ao PSDB e o PMDB. Mas os reflexos da corrupção do governo Temer e o enfraquecimento do grupo de Fernando Henrique Cardoso e do presidenciável Aécio Neves indicaram ser necessário ousar para evitar que o Partido dos Trabalhadores alcançasse, novamente, o Palácio do Planalto. O nome escolhido como capaz de evitar o retorno do PT foi o Deputado Federal Jair Bolsonaro.

> By mid-2016, economic deterioration and political corruption had sunk PT rule. But by the end of 2017, its successor, the PMDB, had fallen even lower in the polls, for the same two reasons. Since the PSDB was part of Temer's support system, with prominent members of the party in the government, it too could not escape the stench – Aécio, its chairman, had also been taped demanding a large bribe from JBS, and like Temer, had only avoided a trial thanks to the protection of a Congress packed with confederates (ANDERSON, 2019, p. 14).

Embora a direita concordasse com a ideologia de Jair Bolsonaro, de defesa da ditadura, da tortura e contrária aos direitos fundamentais, era necessário conquistar mais adeptos para garantir a vitória na eleição presidencial. Por essa razão, buscou-

se relativizar os posicionamentos do Deputado Federal, negando-se ou, pelo menos, mitigando-se os acontecimentos ligados a 1964. O alvo eram os grupos anti-PT e a parcela da população de classe média.

Como estratégia para atingir esse objetivo, utilizou-se uma ferramenta, até então subestimada, mas que se tornou essencial: as redes sociais. Reunindo uma legião de seguidores dispostos a fazer uso desse artifício, milhões de internautas, com a participação de destaque dos filhos do Deputado Federal, muitas vezes, liderando a empreitada, tornaram-se divulgadores das ideias de Jair Bolsonaro, produzindo um messianismo em torno de sua imagem que se tornou mais forte após ter sofrido um atentado a faca que quase o matou.

> Bolsonaro learned something from the urban uprising of 2013 that the PSDB had not. Then, young activists of a new right in São Paulo – far ahead of their elders or the political class generally – had pioneered the use of social media to mobilise what became vast anti-government demonstrations. They were radical neoliberals, which Bolsonaro was not, and there was little contact between the two. But he could see what they had achieved and set up his own personal operation in Rio in advance of any competitor. By late 2017 he was far ahead of the pack, with seven million followers on Facebook, double the number of the country's leading newspaper (ANDERSON, 2019, p. 21).

Em relação a esses aspectos, Almeida destaca a mudança de paradigma entre a influência da televisão e das redes sociais na campanha de 2018, referindo-se a Geraldo Alckmin que, mesmo com muito tempo à sua disposição, não obteve êxito, dada "a menor importância do horário eleitoral na televisão frente ao alcance e a capilaridade das redes socais digitais, tecnologia dominada pela campanha de Bolsonaro." (ALMEIDA, 2019, p. 198).

Objetivando angariar mais adeptos, os apoiadores de Jair Bolsonaro se valeram de uma metodologia que, em época recente, não nasceu com estes, mas com alguns setores da esquerda do próprio PT, expressa pela frase "eles contra nós", consistindo na divisão da sociedade em grupos antagônicos, promovendo o embate contínuo, tornando quem pensasse diferente um inimigo. Assim, amigos, familiares e desconhecidos se transformaram em "coxinhas", "bolsominions" e "mortadelas", a depender da interpretação do julgamento dos interlocutores. Em setembro de 2018, antes da eleição, um Jornalista, Josias de Souza expressou o clima bélico estabelecido na sociedade brasileira:

> A sociedade brasileira está traumatizada e dividida. A sucessão presidencial seria um remédio para sarar os dois flagelos. Mas é improvável que algo seja remediado. São pequenas, muito pequenas,

> diminutas as chances de as urnas de 2018 produzirem a superação de traumas e a reunificação do país. Na origem da turbulência política atual há três encrencas degenerativas: 1) A reeleição de Dilma, seguida de uma ruína —ética e econômica— que inoculou na vitória o veneno do estelionato eleitoral; 2) O impeachment de Dilma, cujas fraturas demoram a calcificar; 3) A ascensão de Temer e seu grupo, tão viciados em verba suja quanto os outros zumbis da dinheirolândia petista (Josias de Souza, 2018, *online*).

Como consequência, uma parte considerável dos brasileiros, que não se alinhariam ao perfil de Jair Bolsonaro, em condições normais, passou a defendê-lo em face do clima de confronto e extremismo delineado na sociedade, assumindo as bandeiras do Deputado, em certos casos, para vencer discussões, mas que, a posteriori, acabavam por incorporá-las. Assim, foram dispostos (perversamente), em campos antagônicos, homens e mulheres, ricos e pobres, negros e brancos, nordestinos e sulistas, religiosos e ateus, defensores de pautas LGBT contra quem as viam com reservas.

De acordo com Almeida (2019, p. 205), o discurso de Jair Bolsonaro foi contrário à praticamente todas as mudanças concernentes a tema como sexualidade, gênero e reprodução das últimas décadas. Contra o aborto e as causas LGBT, combatendo a chamada “ideologia de gênero”, maior espectro que assombra a população mais conservadora, gerando uma espécie de pânico moral. “O PT é uma ameaça, um perigo”, ouviu-se dos que votaram em Bolsonaro.

Arregimentando essa parcela da sociedade, composta por parte da classe média que se viu abandonada (economicamente) e traída (em meio aos escândalos e corrupção envolvendo o partido) pelo PT e por cidadãos que, embora não concordassem com as ideias de Jair Bolsonaro, via com reservas o uso político das minorias (negros, homossexuais e mulheres) por parte de certos setores da esquerda, a extrema direita e o seu candidato acresceram em número de eleitores. Mas, isso não era suficiente para garantir a vitória.

A eleição de Jair Bolsonaro concretizou-se em virtude de diversos erros cometidos pelos seus oponentes. O primeiro equívoco foi o menosprezo dado à sua candidatura. PT e PSDB acreditavam que o embate permaneceria entre eles, repetindo o quadro vigente desde 1994. O último, um dos principais partidos a organizar o golpe de 2016, dado ao extremismo que o Deputado Federal representava, previa que os setores contrários ao Partido dos Trabalhadores apoiariam o candidato que eles escolhessem. “Contudo, na eleição de 2018, o PSDB

praticamente implodiu, principalmente a ala histórica do partido." (ALMEIDA, 2019, p. 193)

De acordo com Almeida (2018, p. 198), diversos erros, avaliações e imprevistos prejudicaram Alckmin, tais como o duplo palanque no estado de São Paulo entre sua cria política, Joao Doria, do PSDB, e seu vice-governador, Marcio Franca, do PSB, a contaminação da candidatura a deputado federal de Aécio Neves, atingido pela divulgação de gravações comprometedoras e o vínculo do PSDB com o governo Temer, embora Alckmin tenha se posicionado, desde o início, contrariamente à entrada do partido no governo, ainda que fosse favorável ao apoio do PSDB às reformas.

Os outros equívocos foram exclusivos do PT. O partido não definiu sua real estratégia para a eleição de 2016. Durante o início, permaneceu em uma vã tentativa de manter Luís Inácio Lula da Silva como candidato, mesmo com esse impossibilitado de concorrer por ter sido condenado em segunda instância. Tardiamente, optou por Fernando Haddad, enfraquecido em virtude da demora na escolha de seu nome e sem a projeção, carisma e o apoio nacional necessários para o momento.

> The PT, meanwhile, had been wasting months in futile protestations that Lula was still its candidate, without even a symbolic presence in the first debates. It was not until five days after Bolsonaro's stabbing that the party came to terms with reality and produced a candidate able to run. Its choice was dictated by Lula. (...) Young and personable, he could have made a much better, more logical successor in 2010 than Dilma. But he had three strikes against him: he was from São Paulo, where older and more powerful heavyweights of the PT, protective of their precedence, held sway; he came from the left of the party; and by background he was an academic – trained in philosophy and economics, teaching political science – among trade unionists who distrusted professors (ANDERSON, 2029, p. 17).

Ademais, o PT esquivou-se em realizar uma autocrítica necessária (reconhecendo erros do passado, especialmente, no que se refere ao envolvimento em corrupção) que alguns eleitores perdidos pelo partido (e outros que não pretendiam votar em Jair Bolsonaro a priori) exigiam para voltar a apoiá-lo. Nesse quesito, o partido manteve-se não, apenas, inerte, mas vitimizou-se pelas acusações. De acordo com Almeida (2019, p. 188):

> O discurso dos setores à esquerda sobre ética na política — que já se encontrava sob suspeita em alguns governos estaduais e municipais anteriores as eleições de 2002 — começou a ser demolido de maneira consistente ainda durante o primeiro governo Lula (2003-06), em torno do escândalo do Mensalão, cujo julgamento, em 2011 e 2012, foi

> sucedido por outro escândalo de corrupção na Petrobras (o Petrolão). Tudo isso aprofundou o descrédito dos políticos e da política (a esquerda, ao centro e a direita) a ponto de gerar em parte da população nas duas últimas eleições o desejo por opções vindas de fora do sistema político ou, de maneira mais radical, contrarias a ele.

E por último, demonstrando estar perdido, buscou, no segundo turno, um ensaio de aproximações com pautas mais liberais que, na prática, consistiram em eliminar as aparições televisivas e na mídia em geral de Luis Inácio Lula da Silva da campanha e em retirar o tom vermelho da propaganda eleitoral que, naquele momento, não apresentavam mais capacidade e efetividade para conquistar um eleitorado além daquele que lhe era fiel. “A polarização entre PT e PSDB, que havia estruturado todas as eleições desde 1994, era enfim interrompida” (ALMEIDA, 2018, p. 198).

Rompendo com a dicotomia PT-PSDB, a direita, liderando o processo e assumindo, explicitamente, suas bandeiras, retornava ao poder com o apoio de parcela considerável da população, parte desta fiel à sua ideologia, mas outra, maior, ancorada em sentimentos diversos como o antipetismo, a aversão à política tradicional e a esperança de que o novo governo permitisse a retomada do emprego, pondo fim à crise econômica atribuída, por muitos, ao Partido dos Trabalhadores.

Em relação ao contexto que levou Jair Bolsonaro à presidência, pode-se trazer à baila a afirmação de André Kaysel (2015, p. 71) comparando as bandeiras conservadoras atuais com o pensamento de 100 anos atrás: “Como não encontrar similitudes entre os discursos que hoje pregam a necessidade de “mão firme” para dar ordem a uma sociedade consumida pela violência e a corrupção, com alguns dos diagnósticos formulados por Oliveira Vianna nos anos 1920?”

Em termos práticos, a direita (ou a extrema direita) conseguiu rompeu a inflexão de poder estabelecida no período de 2002 e 2016, com os grupos alijados do centro das decisões por cerca de 14 anos retornando, mais forte e assumindo a tarefa de eliminar as conquistas sociais obtidas pela população mais carente, com a sociedade brasileira caminhando para um retrocesso que parecia improvável de ocorrer.

CONCLUSÃO

No presente artigo, buscou-se demonstrar de que forma o Brasil, mesmo depois de vivenciar regimes ditatoriais e rompimentos institucionais, optou por eleger um entusiasta dessas experiências, o Deputado Federal Jair Bolsonaro. Para realizar esse intuito, fez-se necessária a realização de uma digressão histórica, desde a ditadura militar, passando pela redemocratização, até o ano da eleição de 2018.

Nos capítulos iniciais, optou-se pela análise dos governos que antecederam a eleição de 2018. No primeiro tópico do capítulo 1, analisou-se o panorama histórico e os fatos mais relevantes entre o regime militar e a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao Palácio do Planalto. Em seguida, realizou-se um estudo mais detalhado a respeito dos mandatos do tucano, enfatizando o Plano Real e a Emenda Constitucional da reeleição.

No segundo capítulo, debateu-se os governos do PT. Em relação ao de Luís Inácio Lula da Silva, analisou-se o difícil início de seu mandato, com o envolvimento de pessoas do primeiro escalão em corrupção, mas cujos efeitos práticos foram sendo mitigados em razão do desempenho positivo da economia combinado com a redução do desemprego e da desigualdade social, conquistas que aumentaram sua popularidade.

No mesmo capítulo, destacou-se a modificação produzida, pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, na área social, possibilitando a muitos brasileiros obterem acesso à Universidade, ao crédito e ao consumo de bens que, até então, eram quase de uso exclusivo de classes mais abastadas. Todas essas conquistas garantiram, ao petista, legitimidade para indicar sua sucessora, Dilma Rousseff, eleita graças a elevada popularidade do Presidente.

O último tópico do capítulo 2 foi dedicado ao mandato de Dilma Rousseff, caracterizado por uma trajetória de elevada popularidade inicial, com vários acertos, no começo do primeiro mandato, até um decréscimo de confiança que, ao final, quase a fez perder a reeleição. Como causas relevantes dos problemas que o governo da Presidente enfrentou, há um misto de erros da petista, com escolhas erradas na seara econômica e falta de habilidade política, em conjunto com a queda do preço das comodities, em especial, soja e petróleo, combinado com os efeitos da crise econômica mundial.

Ainda no capítulo 2, ressaltou-se que os aspectos, crise econômica, por exemplo, que prejudicaram a Presidente Dilma Rousseff ampliaram-se no segundo mandato. Como agravante, os derrotados da eleição de 2016 não aceitaram a vitória da petista, buscando diversos meios de alijá-la do poder. A estratégia escolhida foi o impeachment que resultou de um acordo liderado pelo PSDB, parte considerável do PMDB (merecendo destaque a participação do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, responsável pela admissibilidade do processo) e até do próprio Vice-Presidente, Michel Temer.

No último capítulo, após o estabelecimento dos aspectos históricos e políticos que antecederam a eleição de 2018, passou-se a analisar, especificamente, os motivos relacionados a eleição do Deputado Federal Jair Bolsonaro, tornada realidade, em seu nascedouro, por uma errada aposta de parte das forças políticas derrotadas em 2016, com destaque para o PSDB, que compreendia ser possível voltar ao poder promovendo o impeachment e radicalizando o discurso contra o partido dos trabalhadores. A consequência dessa estratégia, no entanto, foi o afloramento de ideologias de direita que encontraram um campo fértil para se desenvolverem.

A eleição de Jair Bolsonaro e, consequentemente, da direita, deve ser justificada, no entanto, como um acontecimento que perpassa o erro estratégico do PSDB. Os apoiadores do Deputado Federal souberam utilizar, habilidosamente, os métodos e ferramentas disponíveis, manejando as redes sociais eficientemente. Prática que, na verdade, já vinha sendo realizada pelos filhos do presidenciável, antes da eleição, cuja consequência foi o aumento considerável de seus seguidores.

Nessa legião de apoiadores, o Deputado Federal e os seus filhos conseguiram arregimentar, além dos entusiastas mais orgânicos das bandeiras de extrema direita, quem não se identificava com o que se passou a chamar de “politicamente correto”, associando essa ideologia (e os seus defensores) ao PT, à esquerda e, consequentemente, à corrupção. Com essa falaciosa relação de causa e consequência, unido como iguais o que não poderia sê-lo, os partidários de minorias ou de qualquer ideal progressista eram transformados em inimigos a serem combatidos.

Habilidosamente, Jair Bolsonaro captou, ainda, um público desiludido com a própria política, mostrando-se como alguém de fora do sistema (mesmo exercendo diversos mandatos no Congresso Nacional), capaz de combater a corrupção,

associada por este, especialmente, à Luís Inácio Lula da Silva, ao PT e a esquerda. Com o andamento da campanha eleitoral e o episódio do atentado à faca que ele sofreu, o eleitorado que o seguia aumentou. Nesse momento, os seus posicionamentos racistas, homofóbicos e de defesa da ditadura pareciam não mais surtirem efeito de repulsa em seus apoiadores.

Apesar do crescente aumento do número de seguidores, as forças de oposição a Jair Bolsonaro subestimaram-no. No que se refere ao PSDB, quando o compreendia como alguém cuja radicalidade não seria capaz de atrair o sentimento do antipetismo que, assim, restaria sendo abarcado pelos tucanos. Raciocínio equivocado a ponto de o partido ter obtido uma votação pífia na eleição de 2016, sendo esvaziado no Brasil.

O erro maior coube ao PT e as forças de esquerda que se mostraram incapazes de perceber o efetivo alcance da situação, menosprezando a capacidade estratégica das forças de extrema direita, uma corrente política constante na história brasileira (mesmo fraca em alguns momentos, mas nunca ausente), envoltas à Jair Bolsonaro. Seguindo essa linha de raciocínio, o partido optou por manter Luís Inácio Lula da Silva candidato, sabendo da impossibilidade, enquanto o Deputado Federal subia nas pesquisas eleitorais.

Além desse equívoco, outros se sucederam. A escolha tardia do candidato substituto de Luís Inácio Lula da Silva, a opção por Fernando Haddad (nome não consensual no próprio PT), a incapacidade do partido em não realizar uma autocrítica necessária sobre os erros do passado e a aceitação do jogo político extremista de divisão da população brasileira por gênero, cor, classe social ou orientação sexual (criado habilidosamente pelo grupo de Jair Bolsonaro) tornaram a vitória do Deputado Federal e da extrema direita uma questão de tempo.

A bem da verdade, no que se refere aos grupos de direita, percebe-se que, embora com mais força e, supostamente, com maior legitimidade em 2018, esta, com raras exceções, é uma corrente política pertencente à história brasileira. Suas bandeiras não são novas. Lemas conectados a valores (embora sujeitos a interpretações peculiares, às vezes, distorcidas) como Deus, pátria e família são avocados como salvo-condutos para legitimar distopias, como o golpe de 1964, de 2016 ou a eleição de 2018.

Jair Bolsonaro como Presidente não é um evento inexplicável. Representa o resultado de uma série de erros das forças opostas a extrema direita, que não se mantiveram vigilantes o suficiente para compreender o dinamismo político. O PT (e a esquerda) acreditou que eram autossuficientes, esquecendo-se de setores da classe média e da intelectualidade que foram fundamentais na origem do partido, permitindo, mesmo estando no poder, a segregação da sociedade e a criação de ódio entre os brasileiros.

Ademais, o envolvimento do partido em casos de corrupção, alinhando-se a setores políticos que representavam ideais antagônicos às origens do PT, o deslegitimaram eticamente, enquadrando-o como igual aos outros, adepto do mesmo jogo cujo objetivo era atingir o poder. Nesse vácuo, forças de extrema direita, enfraquecidas desde 2002, perceberam a possibilidade de ocupar o espaço deixado por quem se desiludiu com a esquerda e de parte do seu radicalismo.

Portanto, em conclusão ao exposto, verifica-se que, mesmo eventos, aparentemente inexplicáveis, distópicos, como a eleição de Jair Bolsonaro, são justificados e, de certo modo, até previsíveis. Existe, pois, uma racionalidade na História. Por esse aspecto, faz-se necessário que as forças progressistas do país se unam, buscando minimizar as diferenças, realizando uma autocrítica sobre os erros cometidos, evitando a segregação da população por um bem maior que é o retorno do ideal democrático, social, pluralista e garantista inserido na Constituição de 1988 que, no momento, estão em risco.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *In:* **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v 38, n.1, 2019. Disponível em:<https://www.scielo.br/pdf/nec/v38n1/1980-5403-nec-38-01-185.pdf>. Acesso em 27 maio 2020.

ANDERSON, Perry. The dark side of brazilian conviviality. *In:* **London Review of Books**, v. 16, n. 22-24, 24 nov. 1994. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v16/n22/perry-anderson/the-dark-side-of-brazilian-conviviality>. Acesso em 25 maio 2020.

_____. The Cardoso legacy. *In:* **London Review of Books**, v. 24, n. 24, 12 dez. 2002. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v24/n24/perry-anderson/the-cardoso-legacy>. Acesso em 26 maio 2020.

_____. Lula's Brazil. *In:* **London Review of Books**, v. 33, n. 7, 31 mar, 2011. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v33/n07/perry-anderson/lula-s-brazil>. Acesso em 26 maio 2020.

_____. Crisis in Brazil. *In:* **London Review Books**, v. 38, n. 08, 21 abr 2016. Disponível em:<https://www.lrb.co.uk/the-paper/v38/n08/perry-anderson/crisis-in-brazil>. Acesso em 29 maio 2020.

_____. Bolsonaro's Brazil. *In:* **London Review Books**, v. 41, n. 3, 07 fev. 2019. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v41/n03/perry-anderson/bolsonaro-s-brazil>. Acesso em 29 maio 2020.

ANDRADE, Antônia Costa. **Os governos FHC e Lula e a ressignificação do neodesenvolvimentismo:** o reuni. Tese de Doutorado. Uberlândia, UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2013.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. *In:* **Revista Economia & Tecnologia,** Paraná, v. 07, n. especial, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26881/17837>. Acesso em: 26 maio 2020.

FIGUEIREDO Rubens; COUTINHO, Ciro. A eleição de 2002. *In:* **Opinião pública**, Campinas, v. 09, n. 02, out. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v9n2/v9n2a05.pdf>. Acesso em 26 maio 2020.

GORENDER, Jacob. Hegemonia Burguesa: reforçada pela prova eleitoral de 94. *In:* **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, 1995.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. *In*: Velasco e Cruz, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo**.** *In:* **Historiae.** Rio grande do Sul, v. 07, 2016.

SALLUM JÚNIOR, Basílio; PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. O impeachment do Presidente Collor: A literatura e o Processo. *In:* **Lua Nova,** v. 82, 2011.

SILVA, I. G. A agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil. *In:* **Lutas Sociais**, v. 20, n. 36, jan./jun. 2016.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. São Paulo: LeYa, 2016.

SOUZA, Josias. Lula tornou-se candidato ao posto de assombração do próximo presidente. *In:* **Blog do Josias**. 2 set. 2018. Disponível em <https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2018/09/02/lula-virou-candidato-ao-posto-de-assombracao/>. Acesso em 27 maio 2020

VALIM, Rafael. **Estado de exceção:** a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2017.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. *In*: Velasco e Cruz, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.